

Relatório culpa Faria por rombo no IPC

BRASÍLIA — O relatório final da auditoria realizada no Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) responsabiliza o ex-Presidente Deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ) pela maioria das operações financeiras que deram prejuízo de cerca de NCZ\$ 13 milhões ao órgão. Implica também o ex-Vice-Presidente Senador Odacir Soares (PFL-RO). O Senador João Lobo (PFL-PI), ex-tesoureiro, não chega a ser envolvido. Em nenhum trecho, porém, o relatório cita nominalmente qualquer dos envolvidos — apenas menciona os cargos ocupados por eles —, limitando-se a fazer uma análise das operações financeiras e a demonstrar o prejuízo que cada uma delas provocou ao patrimônio do IPC.

Uma versão sucinta do relatório, de 40 páginas (incluindo os documentos das transações financeiras são 168 páginas), foi entregue aos Presidentes da Câmara, Deputado Paes de Andrade, e do Senado, Senador Nelson Carneiro, sem indicativo das providências a serem adotadas.

Tanto o Deputado Gustavo de Faria quanto o Senador Odacir Soares estão sujeitos à cassação de seus mandatos, caso o Congresso perceba no relatório indícios suficientes de atentado ao decoro parlamentar nas ações dos ex-dirigentes do IPC.

As conclusões do relatório comprovam que todas as aplicações financeiras defendidas pelo ex-Presidente do órgão foram realizadas sem a aprovação do Conselho Deliberativo e com prejuízo para o IPC. Embora não especifique o total do prejuízo causado pela malversação de recursos da entidade, o texto diz claramente que todas as operações, em maior ou menor grau, resultaram em perda financeira.



Nelson Carneiro recebe de Ruy Bacelar o relatório da auditoria feito no Instituto de Previdência dos Congressistas

No caso das aplicações em Recibo de Desconto Bancário (RDBs) do Banco Econômico, a perda efetiva foi de NCZ\$ 220.689,92. Em relação à aquisição de Títulos da Dívida Agrária (TDAs), posteriormente resgatados por obrigações da Eletrobrás, o déficit chegou a CZ\$ 1.266.099.884. A compra das 850 debêntures da empresa A Rural e Colonização S/A, segundo o relatório, ocasionou uma perda efetiva para o IPC da ordem de CZ\$ 14.559.911,01.

Os auditores ressaltam, ainda, que em alguns casos a administração dei-

xou de observar um procedimento rotineiro para movimentação de conta bancária. Na maior parte dos casos esse procedimento foi feito sem o aval do tesoureiro do Instituto. Essas operações, destaca o relatório, foram realizadas, em grande parte, mediante entendimentos verbais, não existindo documentação que comprove o início das negociações.

O envolvimento do Senador Odacir Soares nas irregularidades fica comprovada através da movimentação de recursos de caderneta de poupança que o IPC mantinha na Caixa

Econômica Federal, sem anuência do tesoureiro. Um documento apresentado pelo próprio Senador Odacir Soares, em que consta a assinatura do Senador João Lobo, ex-tesoureiro, e não foi registrado pelo IPC demonstra que a retirada foi irregular.

A conclusão do relatório é de que se o IPC tivesse mantido os recursos aplicados em TDAs, em 1987, nas contas de poupança, corresponderiam em dezembro de 1988, a CZ\$ 3.980.386.708,03.

Mino Pedrosa